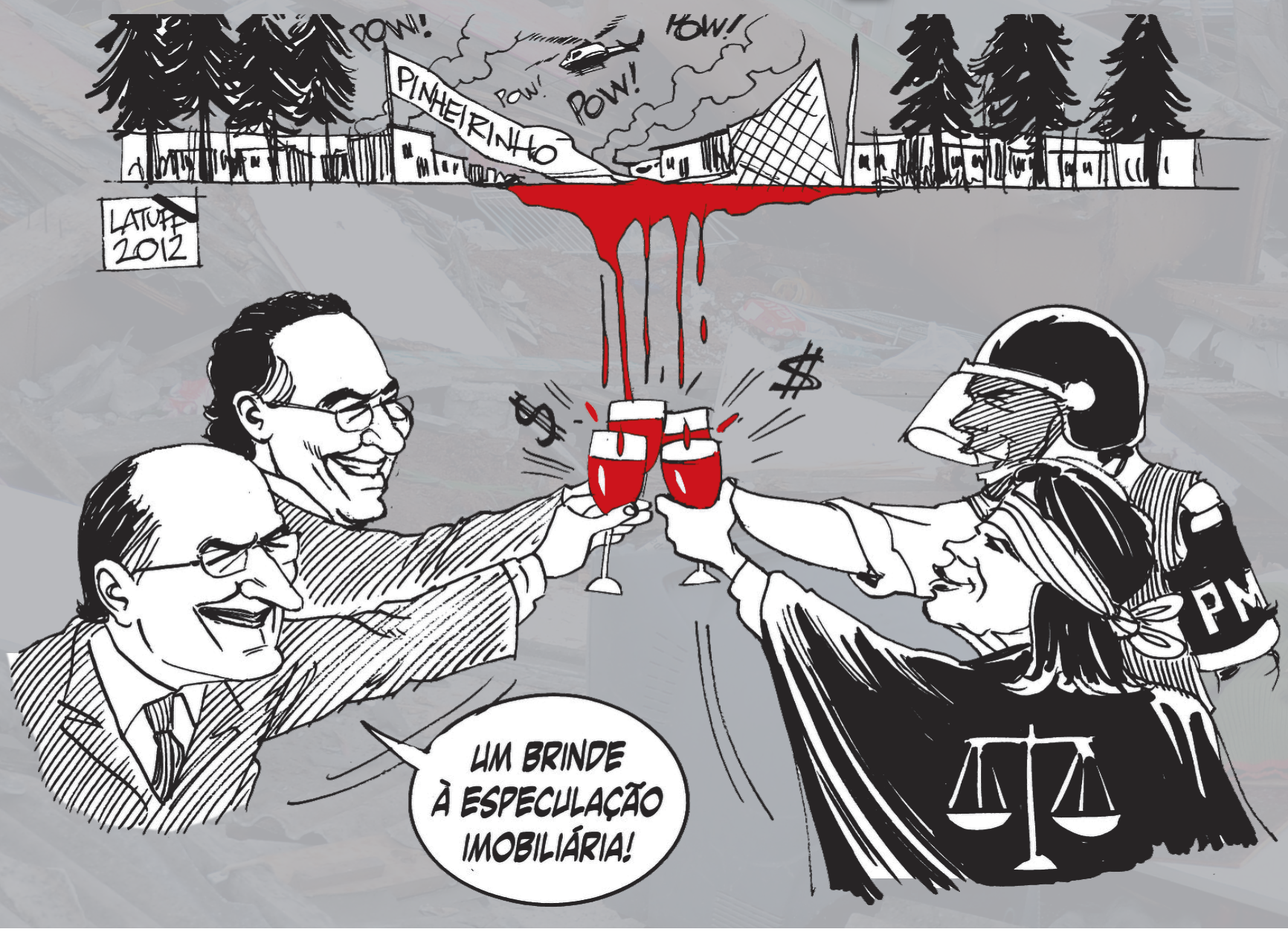
Ano 2 ▪ Número 11 ▪ Fevereiro de 2012

Jornal do Sindct

Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial

Em São José é crime ser pobre



Ciência e Tecnologia Página 3

O que esperar com Marco Antonio Raupp no MCTI

Nossa Cidade Páginas 4 e 5

Desocupação do Pinheirinho envergonha joseenses

Entrevista Página 7

Entrevista exclusiva com o autor do livro "A Privataria Tucana"

Editorial

BRASIL: o futuro do Programa Espacial Brasileiro

SindCT teme que saídas encontradas para INPE e DCTA resvalem na privatização

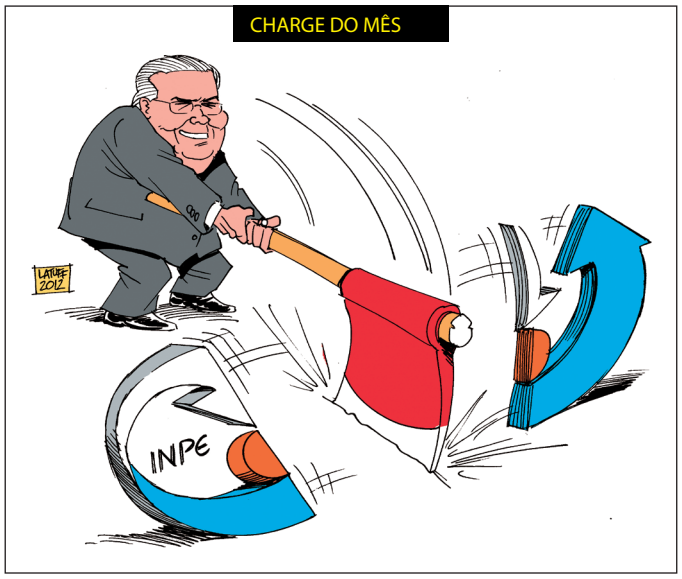
Renovação geral na área da Ciência e Tecnologia. Nos últimos meses mudaram o ministro, diretores da Agência Espacial Brasileira (AEB), do ITA e do INPE. Ao mesmo tempo, houve muita turbulência e novidade no percurso dos velhos problemas do desenvolvimento aeroespacial brasileiro.

O novo ministro é bonachão e fotogênico, professor doutor, técnico conhecedor por vivência própria dos problemas que assolam as instituições de pesquisa e desenvolvimento, notadamente as protagonistas do Programa Espacial Brasileiro: INPE e DCTA.

Ele sabe das dificuldades gerenciais, dos baixos salários, da carreira pouco atrativa face aos grandes esforços exigidos de quem se propõe a enveredar pelo caminho da ciência. O ministro conhece o pouco caso dos governos com o Programa Espacial Brasileiro (PEB) desde a criação da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), não porque lhe contaram, mas porque ele mesmo foi partícipe das suas tímidas conquistas, segundo a sua própria ótica.

Nos últimos tempos, frente à AEB, nos pareceu que o avolumar de tão pouco caso levou o professor Raupp a buscar as saídas possíveis para tirar o PEB do vale do esquecimento, mesmo que estas saídas resvalassem perigosamente para a privatização. Esperamos que a posição alçada pelo professor doutor Raupp lhe traga, junto como o reconhecimento de competência, formas de salvar, enquanto é tempo, as capacitações do INPE e, pela via do PEB, influencie no mesmo sentido a recomposição dos quadros funcionais do DCTA.

CHARGE DO MÊS



O escândalo Pinheirinho

Este editorial não pode deixar de citar o escândalo do Pinheirinho. O trator do orgulho, o amor às próprias penas do pavão de toga, tirou a terra de oito mil pessoas para entregá-la à massa falida de um escroque de colarinho branco. Absurdo dos absurdos: havia um acordo expresso firmado na presença de um senador e de três deputados federais. O síndico da massa falida concordava com um adiamento. No país em que há várias justiças, uma foi traída enquanto a outra estendeu o braço da covardia. Mancha indelével, que vergonha!

Opinião

A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA e o Pinheirinho

Em São José dos Campos é crime ser pobre

O que aflorou com toda a sua crueza, em São José dos Campos de Concentração, foi uma questão que mais dia, menos dia, iria explodir.

Por Francisco Conde

Os imóveis desta cidade sofreram uma valorização dramática nos últimos anos, especificamente nos últimos dois. Ora, isso pressiona os preços dos aluguéis: o proprietário passa a exigir um aluguel de acordo com o preço do seu imóvel. Se o imóvel se valoriza, o dono passa a pedir mais alto pelo seu aluguel. Se o locatário não pode pagar, o locador pede o imóvel e prefere até mantê-lo fechado, aguardando alguém que possa pagar o valor "de mercado".

O antigo locatário, já no limite de suas possibilidades, sai desesperadamente à procura de um imóvel dentro das suas possibilidades. Se não estiver morando em um imóvel dos mais simples e baratos, ainda pode ir para um pior, pagando o mesmo que pagava antes.

Mas se já estiver morando nos mais baratos, não terá para onde ir, pois estes ficaram inacessíveis para ele. Para onde ele irá? Ele se inscreve na fila para comprar imóvel popular, subsidiado, mais barato e enquanto a fila não anda, ele tem de ir para algum lugar. Fica sabendo do Pinheirinho, vai lá e é acolhido. Muda-se para lá com o que tem e continua a esperar pacientemente a fila andar. Mas esta não anda, ou melhor, anda para trás: aumenta cada vez mais. Reza para que se esqueçam dele e o deixem viver em paz.

Prefeitura ficou ao lado de sonegador de impostos

Mas aí aparece um dono, devedor contumaz de impostos, mas riquíssimo e poderoso. Dono de uma empresa que se estabeleceu em SJCampos de Concentração, nunca contratou ninguém e faliu sem nunca ter produzido nada. Mas quer o terreno. A prefeitura, que nunca o molestou cobrando os impostos devidos, que rechaça qualquer diálogo para declarar a área inutilizada de interesse social, acha bonito, toma-lhe o lado e o apoia.

O governo federal aparece com uma solução a custo zero para a prefeitura: ela mudaria o zoneamento do local, o governo federal compraria a gleba (o "dono" aceita negociar), e faria um projeto habitacional pelo programa Minha Casa, Minha Vida para o pessoal cadastrado. O governo do estado topa este acordo.

Mas o que faz o fascistóide do alcaide Joseense? Não comparece à reunião na OAB com os representantes do estado, da União, os advogados dos sem teto e representante da Igreja. Mesmo procurado na prefeitura, Cury não recebe estes negociadores, manda seu secretário de "desenvolvimento social" (seria patético se não fosse trágico dizer que em SJCampos de Concentração há uma secretaria dessas), que se recusa, em nome da prefeitura, a assinar o protocolo de intenções que abriria as negociações e sustaria a ação de despejo.

Mostram a intenção de haver o despejo, a sua crueldade e arrogância (e para mim, também a sua burrice cavalar). O resto, vocês estão vendo. Viramos a cidade dos campos de concentração de gente despejada, onde falta tudo: água, colchões, roupas, cobertores, comida, remédios, espaço e até documentos pessoais. Nem falo de esperança: o que resta a estas pessoas que foram despejadas a bombas de gás lacrimogêneo? É crime buscar um lugar para se morar? É crime furar uma fila que não anda há anos? É crime ocupar área não utilizada e devedora de impostos? Eu acho que tenho a resposta: em São José dos Campos de Concentração é crime ser pobre!

Franscisco Conde é físico, aposentado do INPE. Foi presidente do SindCT por quatro gestões

EXPEDIENTE JORNAL DO SINDCT: Jornal do SindCT é uma publicação do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial – fundado em 30 de agosto de 1989 ■ Rua Santa Clara, 432, Vila Ady Anna ■ CEP 12.243-630 ■ São José dos Campos - SP ■ Tel/fax: (12) 3941-6655 ■ Responsabilidade editorial: a diretoria ■ Horário de atendimento na sede: 8h30 às 17h30 ■ Tiragem: 7.000 exemplares / 2.500 assinantes eletrônicos ■ Jornalista Responsável: Fernanda Soares Andrade (MTB 29 972) ■ Edição: Claudia Santiago (MTB 14915) ■ Reportagem: Fernanda Soares, Marina Schneider (MTB 29.769/RJ), Sheila Jacob e Shirley Marciano (MTB 47686/SP) ■ Designer: Daniel Costa

INPE E DCTA: o que pretende o novo ministro

Com Raupp no MCTI, comunidade aguarda surpresas

A nomeação de Marco Antonio Raupp para o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) foi elogiada por diversos setores, inclusive pelo ex-ministro Aloizio Mercadante. O SindCT, porém, tem ressalvas.

Por Fernanda Soares, com informações da Rapidinha 01, de 11/02/08

Em 2011, em visita ao INPE enquanto presidia a Agência Espacial Brasileira (AEB), Raupp anunciou a intenção da fusão do INPE com a Agência, deixando a comunidade e até mesmo o diretor do INPE perplexos. Enquanto todos se preocupavam com o déficit de servidores na instituição, Raupp arquitetava um plano para transferir servidores para a AEB. O Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), do DCTA, também faria parte da fusão na proposta inicial, rapidamente descartada.

O currículo de Raupp em C&T é extenso. Foi professor adjunto da Universidade de Brasília (UnB), analista de sistemas do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, pesquisador titular e diretor do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e do INPE e professor associado no Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo (IME/USP).

Em diferentes momentos, foi presidente da Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional (SBMAC) e também tesoureiro, vice-presidente, conselheiro e duas vezes presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). É membro titular da Academia Internacional de Astronáutica (IAA), membro titular do Conselho Superior da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e membro suplente do Conselho Nacional da Ciência e Tecnologia (CCT). Em São José dos Campos, foi diretor do Parque Tecnológico, aparecendo constantemente nas Rapidinhas do SindCT, desde 2008, em denúncias de favorecimento no processo de terceirização do Parque.

Relembrando o escândalo do Parque Tecnológico

PÚBLICO X PRIVADO

1 É constituída a Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos, fundada em 17/7/2007, tendo 18 sócios fundadores. Dentre eles o diretor do INPE, Gilberto Câmara Neto, sendo diretor provisório Marco Antonio Raupp, que fez parte do Comitê de Busca que escolheu Câmara para diretor do INPE.

2 Em 21/12/2007, às vésperas do Natal, o prefeito de SJC, Eduardo Cury (PSDB), publica decreto abrindo chamada pública para contratar uma organização social (OS) para gerenciar o Parque Tecnológico por cinco anos. Abriu prazo de 35 dias corridos, até 25/1/2008, para apresentação de propostas de gestão por OS.

3 No mesmo dia (21/12/2007), o prefeito publica outro decreto qualificando, isto é, reconhecendo a Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos, de Raupp e Câmara, como organização social.

Estes dados permitem a seguinte análise: a Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos seria a escolhida para ser a gestora do Parque Tecnológico Municipal por ser a única qualificada pela prefeitura! Além disso, o atual presidente do Parque Tecnológico da Prefeitura de São José dos Campos, Marco Antonio Raupp, é integrante da associação que se candidata a gerir o mesmo Parque Tecnológico!

Os indícios de favorecimento e direcionamento ficaram tão fortes que até os setores mais conservadores de São José (e excluídos do processo) protestaram veementemente. Cury recuou chamando uma reunião com estes setores que, curiosamente, saíram da reunião elogiando o processo de privatização do Parque Tecnológico. Há ainda um processo no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TC-000553-007-09) sobre "possíveis irregularidades nos procedimentos adotados no âmbito da prefeitura".

Projeto Tucano está por trás dos parques tecnológicos

"O projeto de implantação do Sistema de Parques Tecnológicos do Estado de São Paulo já está concluído. Patrocinado pela Secretaria do Desenvolvimento e implementado no âmbito de um programa especial da FAPESP, o projeto prevê a instalação de parques tecnológicos em sete cidades: São Paulo, Campinas, São José dos Campos, Piracicaba, São Carlos, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Os parques tecnológicos vão contribuir para a transformação de conhecimento em riqueza. O estado de São Paulo está pronto para receber um sistema como esse", justificou o diretor do Instituto de Estudos Avançados, João Steiner (ex INPE e MCT), que ao longo de dois anos e meio coordenou o projeto.*

**(Trecho de matéria da Revista Pesquisa FAPESP, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Edição 143, janeiro de 2008.)*

Impactos na vida do servidor do DCTA e do INPE

O Parque Tecnológico quer abocanhar os projetos tecnológicos da Engenharia Espacial do INPE e, com isso, dispor de grandes recursos. Poderia pagar salários nababescos para os amigos da Associação (os chefes) que vão "sentar o relho" nos funcionários comuns do Parque e desmerecer os servidores do DCTA e do INPE. Num segundo momento serão cobiçados os projetos da área aeroespacial do DCTA.

Os participantes desta articulação política são contra qualquer reajuste salarial ou melhoria na carreira de C&T: querem o servidor público empobrecido, mendigando "bolsas", "auxílios", e outras mixarias a eles. Só os obedientes, "bonzinhos" ou bajuladores seriam agraciados. Os questionadores dos privilégios e maracutaias seriam tratados a pão e água, quando não demitidos! Tudo isso pago com o dinheiro dos governos, que é dinheiro do povo brasileiro! O Parque Tecnológico de São José é uma proposta aproveitadora de recursos públicos por interesses privados num modelo escravocrata de gestão.

Agora, Marco Antonio Raupp, que já foi o presidente do Parque Tecnológico, da Agência Espacial Brasileira e diretor do INPE, assume o cargo de ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação. Apesar de Raupp ser tipificado como "técnico", ele já foi presidente local Centro de Estudos e Ciências Políticas do PMDB, a Fundação Ulysses Guimarães, antiga Fundação Pedroso Horta.

Raupp apoia o PSDB

Raupp também doou R$ 1,5 mil para a campanha eleitoral do candidato a deputado federal Emanuel Fernandes (PSDB), em 26/08/2010. Seu indicado para a presidência da Agência Espacial Brasileira, José Raimundo Braga Coelho, doou R$ 500 para o mesmo candidato em 28/07/2006.

Fernanda Soares

O ministro Marco Antonio Raupp durante evento do SindCT no INPE

PINHEIRINHO: violência contra pobres não pode ser a marca de São José

Bairro de São José dos Campos é destruído por determinação da Justiça e inoperância do governo

Fotos: Fernanda Soares

A ocupação do Pinheirinho ocorreu em fevereiro de 2004, abrigando, de lá pra cá, mais de 1.700 famílias. São cerca de 9.500 pessoas, segundo o líder do movimento, Valdir Martins, ou 6.000, de acordo com a Prefeitura de São José dos Campos. Como já apontou matéria da última edição do Jornal do SindCT, a estimativa é que 60% dos moradores tivessem menos de 18 anos e a maioria das famílias era chefiada por mulheres.

Por Fernanda Soares

Em 2005, o Governo Federal entrou em contato com a administração municipal para auxiliar numa possível urbanização ou projetos habitacionais para famílias de baixa renda. Apesar de inúmeras reuniões, a Prefeitura não apresentou propostas para os moradores.

Em 2011, o proprietário do terreno solicitou a reintegração de posse. Mais uma vez a prefeitura não demonstrou qualquer interesse em encontrar solução. Em janeiro de 2012 uma liminar autorizou a reintegração de posse e pegou os moradores de surpresa. Dias antes houve um acordo de "trégua na reintegração", feito entre os advogados representantes do proprietário do terreno, advogados dos moradores e assessorados por senadores e deputados que esperavam uma solução pacífica.

A reintegração de posse

Na manhã do dia 22 de janeiro, 1750 homens da Polícia Militar, Tropa de Choque, Guarda Civil Metropolitana e ROTA chegaram ao Pinheirinho.Uma liminar da Justiça Federal suspendendo a reintegração chegou a ser expedida, mas não surtiu efeito. Ao final da noite, todas as casas do bairro estavam vazias.

Os moradores não puderam resistir. Preocupavam-se com as crianças e idosos do local. Vídeos que circularam na internet denunciam o abuso das autoridades durante a operação. Moradores e jornalistas foram atacados mesmo com os braços para cima em sinal de rendição. Bombas de gás foram disparadas dentro do centro de triagem criado pela prefeitura e um homem chegou a ser baleado pelas costas.

O juiz estadual Rodrigo Capez, que acompanhou a reintegração de posse no Pinheirinho, é irmão do deputado estadual Fernando Capez, do mesmo partido do prefeito de São José dos Campos, o PSDB.

O terreno

A área de mais de 1,3 milhão de metros quadrados foi avaliada em R$ 180 milhões. Conhecida por Pinheirinho, há duas versões sobre a propriedade da área.

A primeira versão conta que o terreno pertencia à família alemã Kubitzky, brutalmente assassinada em 1969. O caso nunca foi solucionado e, como a família não tinha parentes ou herdeiros, o Estado acabou incorporando a fortuna dos Kubitzky, inclusive seus imóveis.

Do Estado, responsável automaticamente pelas terras após a morte da família, o terreno passou para a gama de propriedades da Selecta, empresa do megaespeculador Naji Nahas. Após 1989, a Selecta faliu devido às operações malsucedidas de Nahas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. A área do Pinheirinho passou a ser parte da enorme massa falida da empresa, cujos credores são a Prefeitura de São José dos Campos - a quem a empresa deve R$ 16 milhões em IPTU - e bancos.

Na segunda versão, uma certidão centenária solicitada pelo vereador Wagner Balieiro, mostra que o terreno passou por dezenas de proprietários, sendo dividido e novamente agrupado ao longo dos anos. Por se tratar de uma documentação muito antiga, com delimitações transcritas como "segue pela cerca de arame farpado até a figueira" é complicado afirmar corretamente se toda área, que hoje é conhecida por Pinheirinho, abrange exatamente o que consta na escritura. Com clareza, podemos constatar que o terreno, documentado de posse do Sr. Naji Nahas, foi penhorado pela prefeitura para o pagamento do IPTU atrasado em 1990, porém a penhora nunca foi executada.

Soluções dos governos

Após a desocupação, os moradores passaram por uma triagem, organizada pela prefeitura, para serem encaminhados para abrigos e cadastrados em programas habitacionais. Hoje, São José dos Campos possui 26 mil pessoas cadastradas no programa habitacional do município. Segundo a assessoria de imprensa da prefeitura, está prevista a entrega de 1.100 casas em 2012, através de sorteio.

O governo estadual anunciou o pagamento de auxílio aluguel para as famílias, no valor de R$ 500 e 5 mil novas moradias populares para São José, além de informar que os desalojados do Pinheirinho teriam prioridade no atendimento. O jornal local *O Vale* publicou em 27/1/12 que até o ano passado a média de casas populares entregues em São José, de 1997 a 2011, foi de 387 por ano. Segundo o jornal, mantida essa mesma proporção a prefeitura levará 72 anos para acabar com o déficit habitacional do município, isso se a demanda não crescer.

Falta tudo nos abrigos

Os moradores do Pinheirinho foram encaminhados para abrigos em escolas e ginásios. A prefeitura se comprometeu a fornecer alimentação, produtos de higiene, colchões e cobertores, até encontrar uma solução definitiva. Muitos reclamam da alimentação e da falta de estrutura nos abrigos. Em um deles, pombos passam dia e noite sobre as pessoas. Em outro já faltou água e os moradores reclamaram de comida azeda.

O fim do Pinheirinho

As casas construídas ao longo desses oito anos começaram a ser demolidas no mesmo dia da reintegração. De acordo com a prefeitura, as casas foram identificadas e os moradores receberam um documento para a retirada dos pertences. Alguns veículos da prefeitura foram disponibilizados para a retirada dos pertences dos moradores.

O *Jornal do SindCT* visitou o Pinheirinho durante a demolição. Encontramos boa parte das casas já destruídas, porém, diferente do divulgado pelo prefeito, havia muitos móveis, roupas e brinquedos entre o entulho. Algumas famílias retiravam seus móveis com a ajuda dos veículos da prefeitura, algumas em carros particulares. Outras chegavam tarde demais.

SEM OPÇÃO: Moradores têm de escolher entre abrigos ou uma passagem de volta para suas cidades

Conselho dos Direitos da Pessoa Humana exige punição dos culpados

O Conselho não teve acesso a todos os moradores, pois muitos se abrigaram na casa de amigos e parentes e 55 famílias aceitaram as passagens oferecidas pelo município para saírem da cidade.

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe-SP) realizou um mutirão com moradores despejados do Pinheirinho no dia 30 de janeiro. Mais de 100 voluntários se apresentaram para colher depoimentos dos moradores, referentes à violação de direitos humanos, abuso de autoridade, violência física, psicológica e material.

"Foram coletados depoimentos de 507 pessoas. 23 tinham marcas no corpo causadas por ferimentos de balas de borracha, estilhaços de bomba e cassetete de borracha", conta Renato Simões, conselheiro do Condepe, onde representa o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). "Já protocolamos esses 23 casos na Delegacia de São José dos Campos, pedindo inclusive o exame de corpo de delito de todos."

Muitos moradores, apesar de ainda terem marcas no corpo em função da operação policial, não quiseram formalizar a queixa.

A ação do Condepe foi realizada nos abrigos oferecidos pela Prefeitura Municipal. Queixas sobre as condições nos abrigos também foram relatadas.

O Conselho não teve acesso a todos os moradores, pois muitos se abrigaram na casa de amigos e parentes e 55 famílias aceitaram as passagens oferecidas pelo município para saírem da cidade.

Na noite do dia 30, uma audiência pública foi realizada na Câmara Municipal de São José dos Campos e outra ocorreu na Assembleia Legislativa de São Paulo, no dia 1º de fevereiro com a participação de deputados, senadores, movimentos sociais e sindicais.

O relator do processo aberto pelo Condepe, Renato Simões, assim como todos os parlamentares que participaram das audiências, foram enfáticos ao dizer que os responsáveis pela violência ocorrida durante a reintegração de posse devem ser punidos.

A violência contra o povo foi executada pelas mãos dos PMs, mas os responsáveis foram os que a ordenaram

Quem é Naji Nahas

Naji Robert Nahas é um empresário que tornou-se conhecido depois de ter sido acusado como responsável pela quebra da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 1989. Nahas tomava emprestado de bancos e aplicava na bolsa, fazendo negócios consigo mesmo por meio de laranjas e corretores, inflando as cotações. Ante grandes valorizações de ações, os bancos pararam de lhe emprestar, causando quebra em cascata na bolsa do Rio, que nunca se recuperou totalmente.

A Polícia Federal prendeu Naji Nahas em 2008, durante a operação Satiagraha, que investigou o desvio de verbas públicas, a corrupção e a lavagem de dinheiro. Na operação, executada nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e em Brasília, foram presos, além de Nahas, o banqueiro Daniel Dantas, dono do grupo Opportunity, sua irmã Verônica, seu ex-cunhado Carlos Rodenburg e várias outras pessoas. O procurador da República Rodrigo de Grandis esclareceu que Daniel Dantas e Naji Nahas comandavam duas organizações distintas, porém ambas voltadas a crimes no mercado financeiro.

O deputado Protógenes Queiroz, que quando era delegado articulou a Operação Satiagraha, disse a revista *Carta Capital*, de 23/01/2012, que acredita que o poder de influência do empresário foi fundamental para a ação de despejo da polícia no local. "Ele [Nahas] tem muita influência, sabe se mover entre autoridades, sempre foi assim. As circunstâncias desse desalojamento foram estranhas. A massa falida que detém oficialmente os direitos da área era judicialmente obrigada a fornecer local seguro aos habitantes do Pinheirinho. Isso não foi providenciado. E as autoridades mesmo assim cumpriram a ordem de despejo".

Desaparecidos

● Ivo Teles dos Santos - 69 anos

Denúncia feita por sua ex-mulher, Ozorin Ferreira dos Santos, relata que a casa do sr. Ivo foi uma das primeiras a ser invadida pela polícia. Vizinhos relataram que o sr. Ivo foi duramente espancando pela PM, levado para o interior do bairro, e não foi mais visto. No dia 2 de fevereiro, o sr. Ivo foi localizado no Hospital Municipal. Está internado na UTI, em coma. No dia 4, durante visita do Condepe, membros do Conselho solicitaram o boletim médico, que foi negado pela administração do hospital.

● Josefa de Fátima Jerônimo

Não se sabe se é do Pinheirinho mesmo. Teria sido enterrada no Cemitério do Parque na segunda, 30.1.12, por doença no aparelho circulatório, mas no Hospital da Vila e do Parque não havia registro de entrada com esse nome.

● Edite Almeida de Lima - 80 anos

Portadora de Alzheimer, perdeu-se da família durante o lançamento de bombas de gás lacrimogênio. Na segunda-feira pela manhã foi encontrada por uma viatura da PM e levada ao hospital municipal, de onde fugiu após meia hora. Funcionários de um sindicato anunciaram nas redes sociais e comunicaram à imprensa o desaparecimento de Edite, além de acompanhar a filha, Adélia, para comunicação do desaparecimento na delegacia. Quatro dias após o desaparecimento, um asilo telefonou para a família informando estar com a senhora.

A PRIVATARIA TUCANA: quem ganhou e quem perdeu com as privatizações

Jornalista denuncia o desvio de milhões dos cofres públicos nas privatizações de FHC

Amaury Ribeiro, autor do best-seller A Privataria Tucana decidiu "seguir o dinheiro" e descobriu o que chamou de maior lavanderia de dinheiro do mundo

Por Claudia Santiago

O maior esquema de lavagem de dinheiro já detectado no Brasil se deu na privatização de empresas estatais durante o governo FHC, de 1995 a 2002. Isto é o que diz o livro A Privataria Tucana, escrito pelo jornalista Amaury Ribeiro Jr. O best-seller é uma grande reportagem com uma sucessão de denúncias, fartamente documentadas, de roubos aos cofres públicos realizados durante as privatizações do governo Fernando Henrique, quando o ex-governador do estado de São Paulo, José Serra, era o ministro do Planejamento.

O autor descreve a trajetória que o dinheiro ilícito fez, saindo dos cofres públicos, passando por empresas de fachada, e chegando, finalmente, a engordar fortunas pessoais. Além disso, Amaury, através de muitos documentos até então desconhecidos do grande público, tece a teia dos grupos que venceram as privatizações da Vale, Embraer, Usiminas, Copesul, CSN, Light, Acesita e ferrovias.

Privatizações que foram precedidas por forte campanha midiática pela desmoralização do serviço público, pela demissão de milhares de trabalhadores e que foram feitas, em grande parte, através de financiamento público, via BNDES. Além disso, o valor das empresas foi subvalorizado e as tarifas públicas foram aumentadas antes dos leilões.

Cadê o dinheiro? O gato comeu

Entre as denúncias está uma, segundo a qual, dos R$ 1,05 bilhão pagos pela CSN, apenas R$ 38 milhões entraram nos cofres do governo. R$ 1 bilhão era formado por moedas podres. Ou seja, moedas que tinham um valor de mercado muito inferior ao valor de face.

Na página 65 está escrito: "o ex-tesoureiro das campanhas do PSDB recebeu propina de Jereissati, um dos vencedores no leilão da privatização da Telebrás. Por meio do consórcio Telemar, Jereissati adquiriu a Tele Norte Leste e passou a controlar a telefonia de 16 estados".

De acordo com Amaury, o Banco Opportunity, beneficiado durante as privatizações, aportou recursos em empresas de Verônica Serra, filha de Serra. Esta, por sua vez, teve uma empresa em sociedade com Verônica Dantas, irmã e também sócia do banqueiro Daniel Dantas, dono do Opportunity. O endereço da empresa? O Citco Building, nas Ilhas Virgens Britânicas. A empresa do marido de Verônica Serra, Alexandre Burgeois fica no mesmo local. "De 2000 a 2002 Burgeois realizou operações financeiras que totalizaram a vinda de R$ 7 milhões do Caribe para o Brasil", diz Amaury.

120 mil exemplares vendidos em dois meses

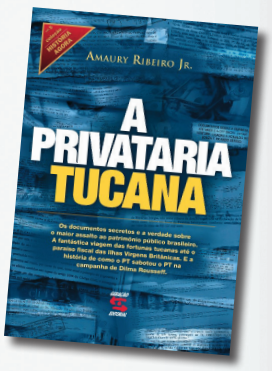
Lançado em 9 de dezembro do ano passado, *A Privataria Tucana* é, conforme aponta Leandro Fortes em reportagem da *CartaCapital*, "uma espécie de guia geral de tramoias e banditismo de Estado" durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1998 a 2002. Até o final de janeiro, 120 mil exemplares do livro já tinham sido vendidos. As 15 mil cópias, da primeira impressão, se esgotaram em 24 horas. Em quatro dias as vendas já alcançavam os 30 mil exemplares.

Trecho do livro A Privataria Tucana

A temporada de bondades com dinheiro público ultrapassou os preços baixos, os financiamentos, as prestações em 12 anos e as moedas podres. Nos anos que antecederam a transferência das estatais para o controle privado, suas tarifas sofreram uma sequência de reajustes para que as empresas privatizadas não tivessem "de enfrentar o risco de protesto e indignação do consumidor".

No caso das tarifas telefônicas, aumentos de até 500% a partir de 1995 e, no caso da energia elétrica, de 150%. Tais custos ficaram com o Estado e o cidadão. Mas a cereja do bolo foram os empréstimos do BNDES. Quem adquiria uma estatal imediatamente se habilitava a contratar financiamentos oficiais com juros abaixo dos patamares do mercado. (...) Comprada com moedas podres, a CSN foi contemplada com R$ 1,1 bilhão. E a Light, onde Serra bateu seu martelo, ganhou R$ 730 milhões.

O resultado de tudo isso é que, em dezembro de 1998, quando já haviam sido leiloadas grandes empresas como a Vale, Embraer, Usiminas, Copesul, CSN, Light, Acesita e as ferrovias, havia um descompasso entre expectativa e realidade. Enquanto o governo FHC afirmava ter arrecadado R$ 85,2 bilhões no processo, o jornalista econômico Aloysio Biondi publicava no seu best-seller O Brasil Privatizado que o país pagara para vender suas estatais. Este pagamento atingira R$ 87,6 bilhões, portanto R$ 2,4 bilhões a mais do que recebera. Reunindo sete itens que conseguiu calcular Biondi chegou ao seu valor. Mais cinco itens, entre eles custo de demissões e compromissos com fundos de pensão, considerados incalculáveis, não integram a coluna das despesas.



Páginas 39 e 40 do livro A Privataria Tucana, de Amaury Ribeiro Jr.

Sobre a privatização da Vale do Rio Doce

Apesar de termos privatizado 70% das nossas empresas estatais, de termos vendido o patrimônio público arrecadando cerca de 60 bilhões de reais, a dívida pública interna cresceu de 108 bilhões para 654 bilhões de reais entre 1995 e 2002, durante o governo FHC. No mesmo período, a dívida externa cresceu de 148,2 bilhões para 227,6 bilhões de dólares. O preço vil alcançado no leilão da Vale foi de 3,3 bilhões de reais. Em 2006, o valor era 100 bilhões de reais. O lucro da empresa em 2005 atingiu 12,5 bilhões, ou seja, quase quatro vezes o valor pelo qual a empresa foi vendida. Estudos independentes realizados na época chegaram a avaliar a empresa em valores que superam 1 trilhão de reais.

(Clair da Flora Martins é ex-deputada federal pelo PT do Paraná e uma das autoras da Ação Popular contra a privatização da Companhia da Vale do Rio Doce)

Sobre o autor:

Amaury é repórter, ganhador de dois prêmios Esso e quatro prêmios Vladimir Herzog. Faz parte do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos. Já foi jornalista de *O Globo* e *IstoÉ*. Na passagem pelo *Correio Braziliense*, uma das pautas de Amaury foi relatar o assassinato de duas adolescentes na Cidade Ocidental, em Goiás. Ao investigar o crime, o jornalista apurou que 150 jovens haviam sido assassinados nos arredores de Brasília em apenas seis meses. Depois do episódio, Amaury foi transferido para o jornal *O Estado de Minas*. Atualmente é produtor executivo da TV Record.

ENTREVISTA com Amaury Ribeiro Jr., exclusiva para o SindCT

"As pessoas têm um verdadeiro pânico das privatizações na área de saúde"

O autor de A Privataria Tucana alerta que veículos de comunicação foram beneficiados durante o processo das privatizações. "Isso é claro e está provado. Por que eles gostam de defender o outro lado? Justamente porque se beneficiaram disso", opinou.

Por Marina Schneider e Sheila Jacob

Para o jornalista Amaury Ribeiro Jr., o sucesso de vendas de Privataria Tucana tem a ver com o tema. "As privatizações afetam diretamente a vida das pessoas. Depois que lancei o livro fiquei mais indignado ainda porque fui ouvindo as histórias de quem foi massacrado pelas privatizações", relatou.

Para ele "imprensa é medíocre porque repete o discurso reacionário de uma elite asquerosa, que rouba dinheiro do povo". Confira a entrevista.

Jornal do SindCT: Por que você resolveu apurar as privatizações da era FHC? Qual seu objetivo?

Amaury Ribeiro Jr.: Eu trabalhava no *O Globo* no início da década de 2000 e começou a sair nas revistas que havia propina nas privatizações. Aí eu comecei a rastrear esse dinheiro. Mapeei uma parte e não consegui publicar no *O Globo*. Outra parte, do Mendonça de Barros, eu publiquei no *Jornal do Brasil* e, depois, quando fui para a *Istoé* eu consegui entrar mesmo no assunto. Eu entrei no caso do Silveirinha, da máfia dos fiscais e do Banestado. A CPI do Banestado terminou com um acordo, mas foi obrigada a me entregar toda a documentação. Isso me possibilitou ter todos os papéis que mostram, principalmente, as propinas das privatizações.

Jornal do SindCT: E o que você pensa sobre o sucesso de vendas do livro?

Amaury Ribeiro Jr.: Hoje eu não tenho nenhuma dúvida de que as privatizações afetam muito as pessoas. Nos lançamentos do livro eu tenho visto, por exemplo, um verdadeiro pânico das privatizações na área de saúde. É uma coisa que eu quero ficar atento inclusive para contar essa história. A privatização afeta diretamente a vida das pessoas. Tenho perguntado sobre isso para todo mundo que traz o livro para eu autografar para tentar entender esse universo. A venda das estatais afetou não apenas a vida das pessoas que trabalhavam e foram demitidas das companhias, mas daquelas que acreditaram nas promessas de que o país melhoraria com os leilões.

Jornal do SindCT: Você já sofreu alguma ameaça dos grandes empresários e dos políticos que você denuncia no livro?

Amaury Ribeiro Jr.: Não. Eles estão tentando me desqualificar. Até com piadas sobre coisas que fiz na época de estudante, na Cásper Líbero, em São Paulo. Eles estão tentando me desqualificar para tentar, com isso, desqualificar o livro. O conteúdo do livro eles não estão conseguindo desqualificar, não estão chegando nem perto. Ninguém responde. Nem o PSDB e nem a mídia que o apoia. Eles não atacam.

As redes sociais foram importantes para a divulgação do livro.

Jornal do SindCT: Como você avalia a postura da mídia comercial?

Divulgação

Amaury Ribeiro Jr.: A imprensa hoje está calada. Agora a gente está furando esse bloqueio. A Record noticiou, muitos jornais e rádios do interior do Brasil todo me ligam. Estamos quebrando isso aos poucos. O livro fala também da conivência deles *[imprensa]* com o candidato tucano no processo eleitoral. É por isso também que se dá o silêncio. As redes sociais foram importantes para a divulgação do livro. A grande mídia ficou calada no início, mas os blogs furaram o silêncio da mídia.

Jornal do SindCT: Qual foi o papel da internet na divulgação e denúncia dos esquemas da "Era das Privatizações", chamada por Elio Gaspari e por você de privataria tucana?

Amaury Ribeiro Jr.: Mostrar que a grande mídia não tem controle mais sobre os temas. Que para você vender um livro ou um disco você não precisa disso. Quem me ensinou isso foi o colega Luiz Carlos Azenha, do [blog] Viomundo e que me auxiliou nesse processo de divulgação pela internet. A internet possibilita você mostrar a verdade e desmascarar as pessoas.

Jornal do SindCT: Você tem expectativa de que se instale mesmo a CPI das privatizações, relativa aos fatos que você denunciou?

Amaury Ribeiro Jr.: Se houver pressão dos movimentos populares, dificilmente a CPI não vai ser instalada. Essa CPI tem que ser aberta, para justiça do povo brasileiro. E vai ser instalada sim, porque os movimentos populares irão às ruas cobrar essa medida.

Jornal do SindCT: Uma vez instalada, quais você acha que serão os resultados concretos desta maré de denúncias de roubos aos cofres públicos que você relata?

Amaury Ribeiro Jr.: Muitos funcionários públicos capacitados, pessoas técnicas da área de inteligência financeira já me disseram que querem colaborar com a CPI. E a consequência vai ser mostrar que a roubalheira é muito maior.

Jornal do SindCT: E então vai chegar na imprensa empresarial que, até hoje, encobriu tudo o que você denuncia e documenta?

Amaury Ribeiro Jr.: Claro. Tem um livro que está saindo mostrando que uma revista é sócia do banco Opportunity. Outro blogueiro que faz ataques foi sócio de um ministro da privatização. Os próprios veículos de comunicação foram beneficiados com esse processo todo.

As privatizações geram consequências desastrosas.

Jornal do SindCT: Você se preocupou com a linguagem antes de escrever o livro. Pensou em seus possíveis leitores, ao escrever o Privataria?

Amaury Ribeiro Jr.: Justamente. Mas não sabia que daria tanto resultado. Estou impressionado em saber como as pessoas entenderam. Já virou cordel, música... Caiu no popular. Isso é muito bacana.

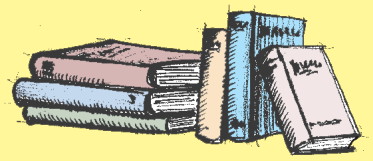
Jornal do SindCT: Durante o debate uma pessoa falou sobre a privatização na área da saúde em São José dos Campos, cidade que é governada há muitos anos pelo PSDB. Você pretende buscar mais informações sobre isso?

Amaury Ribeiro Jr.: Sim. Vamos buscar informações sobre privatizações no estado de São Paulo e no Rio. As pessoas estão apavoradas. O tema da saúde me sensibilizou. São funcionários que estão trabalhando para ajudar as pessoas e vêem a roubalheira que está sendo implantada.

Jornal do SindCT: E sobre o risco atual da privatização de outros setores, como os institutos de pesquisa?

Amaury Ribeiro Jr.: Se acontecer, vai ser a repetição do que eu narrei no livro: as privatizações geram consequências desastrosas. O discurso é o mesmo: fala-se que vai melhorar, mas, na verdade, tudo piora. Os interesses privados passam a ser importantes, e não os do povo. As pessoas acabam enlouquecendo nesse processo, tanto os trabalhadores quanto os usuários. Foi assim com a eletricidade, com as telecomunicações, tudo ficou mais caro. A privatização dos aeroportos vai ser um verdadeiro caos.

Livros e filmes do mundo inteiro sobre a destruição neoliberal



Livros sobre a destruição NEOLIBERAL

→ Neoliberalismo.
De onde vem, para onde vai
De Reginaldo Moraes /
Ed. Senac / 2001
Este é um dos textos mais esclarecedores e atualizados, embora tenha dez anos. Desvenda toda a lógica do capitalismo neoliberal: as privatizações, a flexibilização de direitos e muito mais. IMPERDÍVEL.

→ O Brasil Privatizado
De Aloysio Biondi /
Ed. Perseu Abramo / 2000
Aloysio foi o grande crítico das privatizações neoliberais quando a moda era elogiá-las. Este livro reúne dois livros deste autor que nos anos 90 chegaram a vender 140 mil exemplares. É BÁSICO, ESSENCIAL.

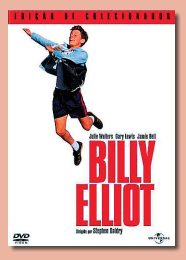
→ Neoliberalismo:
América Latina, EUA e Europa
De James Petras /
Ed. da FURB-Blumenau / 1999
Petras é um intelectual e professor marxista da Universidade de Nova York, comprometido com os movimentos sociais da América Latina, onde viveu e que conhece a fundo. Já na primeira década do neoliberalismo denunciava suas desgraças e apontava saídas. RIQUÍSSIMO.

→ Brasil de Cardoso
De J. Petras e H. Veltmeyer /
Ed. Vozes / 2001
Os autores abordam "a desapropriação do país" que explodiu a partir de 1995 no Brasil e continua até hoje. A privatização daqueles anos engoliu a Embraer, a Vale, a Telebrás e parte da Petrobras. Hoje continua viva cobiçando a Petrobras inteira, aeroportos e os institutos de ciência e tecnologia. É CORDA EM CASA DE ENFORCADO.

→ O Neoliberalismo:
história e implicações
De David Harvey /
Ed. Loyola / 2009
O livro discorre sobre teorias e práticas do neoliberalismo desde os anos 70, do governo Pinochet, às intervenções americanas no Iraque. Desvenda as restrições ao direito do trabalho, as desregulamentações e o superpoder do capitalismo financeiro. MUITO ÚTIL.

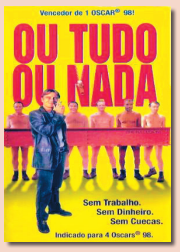
→ Uma resposta ao
neoliberalismo – Argumentos
para uma nova esquerda
De Hilary Wainwright /
Ed. Zahar / 1998
O foco da autora é a busca por um novo pensamento da esquerda para enfrentar a hegemonia do neoliberalismo. Pretende apontar as possibilidades de um modelo político alternativo. UM SUBSÍDIO PARA O FUTURO DA ESQUERDA.

No começo dos anos 90 o mundo foi inundado pela propaganda neoliberal: privatizações, fim dos "privilégios", isto é, dos direitos conquistados, flexibilização, terceirização. Hoje, 2012, aparecem os resultados: miséria para milhões, perda de direitos, desemprego em massa e desespero em muitas partes do mundo. O que aconteceu? Por que? Qual a saída? Durante duas décadas inúmeros livros e filmes foram produzidos sobre o PROJETO NEOLIBERAL que se abateu sobre o mundo. Listamos alguns, muito bons, que ajudam a entender este fato e a buscar saídas. Vejamos:



☑ Billy Elliot
INGLATERRA / 2000
Dir. Stephen Daldry
O pano de fundo é a greve dos mineiros na Inglaterra que aconteceu os anos 80 contra as medidas neoliberais da "Dama de Ferro". O filme é um musical que mostra o jovem Billy Elliot descobrindo sua paixão pela dança, descoberta que deixa seu pai de cabelos em pé. A professora de balé percebe o talento do menino. Já seu pai, um sisudo e tradicional mineiro de carvão, não gosta da ideia de ver seu filho se dedicando à dança.

☑ Segunda-feira ao Sol
ESPANHA / 2002
Dir. Fernando Leon de Aranda
Com o fechamento dos estaleiros navais, moradores de uma cidade portuária da Espanha são vítimas do desemprego. O filme narra alegrias, ansiedades e desesperos dos ex-operários metalúrgicos da indústria naval. Uma aula sobre os efeitos do neoliberalismo na vida dos trabalhadores e suas famílias: reestruturação produtiva, desemprego, precarização do trabalho e a quase destruição dos ex-trabalhadores.



☑ Ou Tudo ou Nada
INGLATERRA / 1997
Dir. Peter Cataneo
A globalização dos anos da Thatchers fechou quase todas as indústrias do aço da cidade de Sheffield, norte da Inglaterra. Antigos operários, hoje desempregados vagueiam pelas ruas desertas, de cabeça baixa. Dramas pessoais, familiares e de toda uma comunidade sugerem soluções malucas. Inspirados por um show de striptease, eles decidem que podem trabalhar e ganhar dinheiro fazendo seu próprio show, como única forma de sobreviver.

☑ O Corte
BÉLGICA/FRANÇA/ESPANHA / 2005
Dir. Costa-Gravas
Bruno Davert é um executivo de uma indústria de papeis. De repente, se vê desempregado e amarga dois anos sem arranjar nova ocupação. Sob pressão da competição e disputa desesperada para ser o "vencedor" ele encontra a solução: eliminar a concorrência. Literalmente. Dá um jeito de descobrir quem são seus adversários e começa a assassiná-los. Em meio a muitas trapalhadas e alguns sucessos, acaba conseguindo seu objetivo.

☑ A Cidade Está Tranquila
FRANÇA / 2000
Dir. Robert Guédiguian
Marselha era uma cidade tranquila que foi destruída pelos efeitos do neoliberalismo. São várias histórias de vida e desespero de uma cidade onde o emprego virou coisa rara. Desesperada, a operária Michèle tenta tudo para salvar sua filha das drogas. As histórias se entrelaçam, evidenciando o racismo, a violência e todas as mazelas da globalização numa cidade nada tranquila.

☑ Meu Nome é Joe
INGLATERRA / 1998
Dir. Ken Loach
O diretor que faz questão de se declarar marxista reflete neste filme a vida de trabalhadores com seus dramas pessoais e sociais. Depois de muito abusar do álcool, Joe livre do vício, encontra a tímida Sarah por causa de um jovem casal, Liam e Sabine, que passa por grandes dificuldades, sofrendo ameaças por causa de dívidas. Cada um deles tenta ajudar o casal do seu jeito. A crítica à sociedade do individualismo atual e questões éticas contornam esta bela história de amor assinada por Loach.

☑ Clube da Lua
ARGENTINA / 2006
Dir. Juan J. Campanella
Em 1990 a crise financeira dos anos neoliberais de Carlos Menem faz com que os clubes de dança, que tiveram seus dias de glória na Buenos Aires dos anos 40, comecem a fechar as portas. Os descendentes dos fundadores do Clube de La Luna, de Avellaneda, à beira da falência, se unem para evitar a transformação dele em um cassino. É o mundo da crise argentina, suas causas e seus reflexos na vida de milhões.

☑ Pão e Rosas
EUA / 2000
Dir. Ken Loach
O filme trata da organização e da greve dos trabalhadores em edifícios, na cidade de Los Angeles. Quase todos são imigrantes latino-americanos. A obra nos apresenta a situação de exploração e humilhação a qual são submetidos estes homens e estas mulheres. Todos trabalham em serviços terceirizados e em situação precária. É um filme altamente político que estimula a ação da classe trabalhadora.

☑ Roger e Eu
EUA / 1989
Dir. Michael Moore
Nas décadas 80 e 90, ouvimos falar do fechamento ou deslocamento de unidades fabris da enorme General Motors de Flint (EUA), cidade natal do diretor do cinema Michel Moore. Neste filme ele retrata a cidade que perdeu dezenas de milhares de empregos com o fechamento daquela histórica unidade. O diretor mostra o sofrimento das famílias, arrasadas, pela lógica do capital. É o começo da destruição de empregos do projeto neoliberal que se arrastará até nossos dias.

INPE-NATAL, CLBI-NATAL, INPE-CE, CLA-MA

SindCT visita unidades no Nordeste

Agência Brasil

Centro de Operações da Base de Alcântara, no Maranhão

Entre os dias 16 e 20 de janeiro, o SindCT esteve no INPE e no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), ambos em Natal (RN). Também visitou o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão e o INPE de Eusébio (CE). O objetivo é a entrega dos cheques relativos ao processo de devolução de expurgos inflacionários ocorridos durante os planos econômicos Verão, Collor e URP.

Por Shirley Marciano

Em maio de 1992, o SindCT propôs, em nome da categoria, processo no qual reivindica o direito à devolução dos expurgos inflacionários ocorridos durante os planos econômicos Verão, Collor e URP. Após forte batalha jurídica, o SindCT obteve ganho no gatilho inflacionário da URP do 1º ao 7º dia de abril de 1.988 e já está entregando os valores, inclusive nas unidades mais distantes da entidade.

"Essas visitas são também oportunidades para ouvir os trabalhadores, conhecer mais o seu dia a dia de trabalho e saber suas preocupações e dificuldades enfrentadas, principalmente nos locais onde é mais difícil o nosso acesso", destacou o presidente do SindCT, Ivanil Elisiário Barbosa.

O assunto mais recorrentemente abordado pelos servidores tem sido a necessidade de reajuste de salário, mas há também problemas localizados, como por exemplo, para quem trabalha no CLA. A cidade de Alcântara, por ser de menor porte, não possui boa estrutura de lazer e serviço, como a capital São Luís, mas, pela dificuldade para se deslocar para o trabalho, esta torna-se uma opção inviável. A travessia para chegar ao CLA é de 90 minutos de barco. Contudo, esse tempo poderia ser reduzido se a lancha da Aeronáutica estivesse funcionando. Atualmente ela passa por adequações e reparos.

Para Arley Silva, colaborador no CLA, foi muito importante a visita do SindCT. "O estabelecimento deste canal, propicia uma maior interação entre a categoria e o sindicato para que possamos ser ouvidos com relação às nossas dúvidas, problemas e outras demandas trabalhistas e jurídicas", disse. As visitas continuam para entrega dos cheques e, havendo qualquer dúvida, basta entrar em contato com o SindCT.

• INPE Eusébio-CE

Desenvolve atividades relacionadas com pesquisas nas áreas de Geodésia Espacial, Geodinâmica, Geomagnetismo, Astrofísica, Física da Ionosfera e Processamento Inteligente de Sinais.

• INPE-MA

Possui importantes serviços de coleta de dados como o Sistema Nacional de Dados Ambientais (SINDA). Os dados são obtidos através das Plataformas de Coletas de Dados (PCDs). Também mantém estudo de uma missão espacial para coleta de dados ambientais por meio de nanosatélites, dentre outros importantes projetos e pesquisas.

• CLA

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) tem a missão de colocar no espaço equipamentos altamente sofisticados de pesquisa, de coleta de dados, de telecomunicação, de sensoriamento remoto e de inúmeras outras aplicações.

• CLBI

O Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) basicamente possui as mesmas funções do CLA, no entanto, em suas instalações são lançados equipamentos de menor porte. O órgão vem cuidando dos rastreamento de veículos lançados tanto a partir do solo brasileiro, quanto dos lançadores franceses a partir das Guianas.

Programa Espacial Brasileiro

Breve histórico

Alcântara é uma cidade com menos de 20 mil habitantes. O tempo parece passar lentamente na pequena cidade. Ali, próximo do cais, a pouco mais de 20 km, encontra-se o Centro de Lançamento de Alcântara, onde se desenrola uma página dramática da história brasileira.

O Programa Espacial Brasileiro (PEB) iniciou sob a designação da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB). A Missão exigiu no seu curso a construção de um centro de lançamento de um foguete genuinamente brasileiro que colocaria em órbita terrestre um satélite igualmente projetado, desenvolvido e fabricado no Brasil.

O centro de lançamento foi construído próximo à cidade de Alcântara e à capital São Luís. Esta posição é a de maior velocidade periférica da Terra, favorável aos lançamentos por propiciar enorme economia de combustível.

De acordo com Ivanil, "no CLA tudo em suas instalações reflete modernidade. A sala de controle fica junto ao prédio do comando, distante da plataforma de lançamento".

A sala tem inúmeras posições operacionais, cada uma dotada de monitor e de um mosaico de botões e chaves. Ali são desenrolados sofisticados protocolos operacionais, especialmente desenvolvidos como parte de um procedimento certificado conforme rígidos padrões de segurança e qualidade.

"O PEB enfrentou e enfrenta muitos desafios tecnológicos, como a falta de infraestrutura e de recursos humanos e materiais, decorrentes da falta de política adequada em face ao tamanho da missão", relembra.

O pior momento ocorreu em 2003: uma tragédia ceifou a vida de 21 pessoas, técnicos e engenheiros que terminavam os preparativos de lançamento da última versão do Veículo Lançador de Satélites . A Torre Móvel de Integração (TMI) ficou totalmente destruída. Desde então, muitos procedimentos foram adotados, entre eles a reconstrução da TMI. Nesta reconstrução, uma grande preocupação com segurança se reflete nas rotas de escape e nas portas corta-fogo da torre anexa, que dá acesso ao fosso de segurança e cuja pressão ambiental positiva impede a entrada de gases tóxicos e fumaça. Ela está dentro de um sistema de proteção contra descargas elétricas e interferências eletromagnéticas. A casa-mata replica os comandos da sala de controle, cuja equipe segue simulando incessantemente os já citados protocolos.

A nova TMI está sendo preparada para a primeira integração do VLS, ainda em 2012, um modelo inerte, sem combustível de verdade, mas com todas as características geométricas e de peso preservadas. Este será o último evento de grande porte antes que receba um VLS pronto para integração e que deverá decolar em 2013.

O tenente-coronel Demétrio, um experiente engenheiro, está à frente deste aparato. Por ter sido recentemente transferido da função de gerente de Projeto do foguete, ele conhece como poucos a intimidade do VLS. "A comunidade do INPE e do DCTA está voltada para este jovem e entusiasmado comandante, que fala com alegria e confiança de seu trabalho e de sua equipe", diz Ivanil.

"O êxito da próxima campanha do VLS vem coroar três décadas de investimentos, a vida de uma geração de trabalhadores, a superação de muitos obstáculos e a elevação da ciência e da tecnologia brasileira para um novo patamar de reconhecimento internacional. Quem sabe então, a partir daí, se possa de fato direcionar políticas que possibilitem executar o capítulo da recém lançada Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação referente ao desenvolvimento aeroespacial", conclui o presidente do SindCT.

INPE: um projeto em disputa

O que esperamos da nova direção do INPE

Com o INPE e o DCTA/IAE no olho de um furacão e muitos fatos impactantes e profundos acontecendo simultaneamente, a comunidade do setor aeroespacial se vê ansiosa quanto ao seu destino e ao das instituições que compõem o setor.

*Por Fernando Morais**

São muitas as questões que nos preocupam. Vamos detalhá-las uma a uma:

1 **A Alcantara Cyclone Space** (ACS) faz uma concorrência absurda nos recursos do governo federal para os veículos lançadores de satélites.

2 **A privatização dos satélites geoestacionários.** Assim, o conhecimento específico e a tecnologia adquiridos para desenvolvimento correm o risco de serem descartadas pelo governo federal.

3 **A indicação de Marco Antônio Raupp para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).** Raupp é um propagador da necessidade da privatização dos satélites geoestacionários e, consequentente, da exclusão do INPE e do IAE dos processos de tecnologias.

Todos estes fatos influem fortemente no destino das instituições e dos servidores do setor aeroespacial do governo federal. Há outro, porém, que também queremos tratar aqui: a lista tríplice que supomos conter o nome do futuro e ansiosamente aguardado novo diretor do INPE.

**Fernando Morais é servidor do INPE e vice-presidente do SindCT*

Novo diretor do INPE: seleção ou unção?

Ao longo dos últimos anos uma verdadeira guerra foi travada no interior do INPE, em diversos setores, quando conflitos de interesses prejudicaram profundamente a instituição. Assistimos o atual e demissionário diretor mudar decisões acordadas, alterar regras de processos democráticos e desmontar departamentos ou setores da instituição, causando estrago imenso.

No processo de escolha para o novo diretor do INPE foi colocado o mecanismo de "comitê de busca", a nosso ver, carente de transparência e princípios democráticos, mesmo com a escolha, pela comunidade, de um representante por ela indicado. Embora o representante seja da mais alta confiança da comunidade inpeana, o processo em si não traz transparência e confiança. A lista tríplice, secreta e velada, e o compromisso dos membros do comitê em não revelar métodos e nomes derrubam qualquer intenção de transparência, gerando dúvidas e suspeitas.

E AGORA JOSÉ ?

Escolhido (ou ungido?) o novo diretor, o que fazer?
O que a comunidade do setor aeroespacial espera dele?

1. **Que seja democrático e descentralizador.**
2. **Que respeite a capacidade** dos cientistas e especialistas, detentores de conhecimento e conhecedores profundos da instituição.
3. **Que represente os anseios da instituição.**
4. **Que não permita encaminhamentos** de caráter político que interferem no desenvolvimento científico e tecnológico e atrasam a evolução do setor.
5. **Que encaminhe com firmeza seja no MCTI,** seja no Planalto, a longa lista de necessidades do INPE, que contém, dentre outros, contratações, direitos trabalhistas e relação com outros institutos e organismos.

AUTONOMIA: para obtê-la é preciso pesquisa independente

Inovação Tecnológica é desafio para desenvolvimento da indústria nacional

Setor espacial tem papel determinante. As empresas são contratadas para realizarem pesquisa sob a orientação e supervisão dos pesquisadores e engenheiros do INPE

Por Redação SindCT

O Estado brasileiro enfrenta, hoje, a necessidade de aumento da competitividade das empresas brasileiras, utilizando-se da Inovação Tecnológica. A forma mais eficiente de se atingir esse objetivo é realizar um "esforço de guerra" para que o setor empresarial realize intensamente atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) internas às próprias empresas.

Neste quesito, o setor espacial tem papel determinante porque as empresas são contratadas para realizarem pesquisa sob a orientação e supervisão dos pesquisadores e engenheiros do INPE.

Site da Opto

Feita pela Opto, a câmera de alta resolução MUX é a primeira com qualificação espacial desenvolvida no Brasil

As tecnologias desenvolvidas em instituições públicas de C&T atingem efetivamente a cadeia produtiva quando incorporadas pelo setor industrial e de serviços. Quando isto acontece, possibilitam o aumento de produtividade, melhoria dos produtos, empregos, maior competitividade e benefícios à qualidade de vida da população.

Para compreendemos como chegamos a tal situação, é preciso analisar a política industrial brasileira ao longo dos anos.

ANOS 60 E 70

As políticas industriais nos anos 60 e 70 resumiam-se a incentivos governamentais para a ampliação da infraestrutura industrial.

ANOS 80

Os incentivos governamentais são reduzidos significativamente ao final dos anos 80 com a abertura de mercado.

ANOS 90

A partir da metade dos anos 90, a situação agravou-se, pois, apesar da estabilidade monetária, houve por parte do governo uma desmobilização das instituições do Estado. A consequência foi o agravamento da questão da competitividade das empresas brasileiras, principalmente com a aceleração dos fatores globais.

O paradigma nesse período consistiu na crença que a exposição das empresas nacionais à competitividade externa era suficiente para alavancar e, ao mesmo tempo, selecionar aquelas que conseguissem sobreviver ao conflito de menores preços e aumento de qualidade.

ANOS 2000

No final dos anos 90, há uma mudança por parte do governo com relação à forma de se encarar a política industrial. Passa-se a compreender que a exposição à competitividade externa era necessária e, em muitos casos, inevitável, mas não suficiente para que as empresas brasileiras atingissem um patamar pelo menos razoável de competitividade global. Medidas passaram a ser tomadas como a criação dos Fundos Setoriais e a discussão e elaboração da Lei de Inovação.

Contribuição do setor espacial

E o setor espacial, o que tem a ver com a Inovação Tecnológica? A política adotada no setor espacial há alguns anos tem muito a contribuir, pois as empresas são contratadas para realizarem pesquisa e desenvolvimento internamente à própria empresa, sob a orientação e supervisão dos pesquisadores e engenheiros do INPE.

Tomando-se o Programa CBERS 3/4 como exemplo, os seguintes subsistemas estão sendo desenvolvidos pela indústria nacional:

- Estrutura do satélite,
- Painéis solares,
- Subsistema de potência,
- Transponder DCS,
- Subsistema de telemetria e telecomando
- Câmera de alta resolução – MUX
- Câmera de largo campo de visão – WFI
- Transmissor de dados de alta taxa
- Fabricação e teste dos computadores de bordo
- Gravador de bordo e antenas.

Dentre esses subsistemas, a câmera de alta resolução MUX merece destaque. É a primeira câmera com qualificação espacial totalmente desenvolvida no Brasil. O modelo de voo acaba de ser concluído e testado e deverá ser instalado no CBERS 3, cujo lançamento está programado para o final deste ano. A empresa Opto, com sede em São Carlos (SP), é a responsável de desenvolvimento dessa câmera.

Além da MUX, a Opto também é responsável pelo desenvolvimento da câmera AWFI. Essa câmera será a carga útil da missão Amazonia-1. A AWFI possui resolução espacial no solo de 40 metros e cobertura de 740 km. É formada por três objetivas sofisticadas e produz imagens em quatro bandas espectrais simultâneas. Para se ter uma noção do nível de sofisticação, cada linha de imagem do AWFI é formado por 18 mil pixels, ou seja, produz quatro imagens simultâneas nas respectivas bandas espectrais, com qualidade equivalente a 324 MPixels.

Inovação: a grande aspiração do setor empresarial

Estudos apontam que a Atividade Inovativa que gera maior capacitação tecnológica é a realização de P&D interna porque possibilita de forma sustentável que a empresa possa ser competitiva tanto em produto, como em processos de produção. Outro parâmetro importante quando se analisa essa questão refere-se à Intensidade Tecnológica, que mede a relação entre os investimentos em P&D realizados pela empresa e o seu faturamento.

Para realizar Inovação de Produto e de Processos, a empresa deve realizar pelo menos uma das seguintes Atividades Inovativas:

- ✓ **Realização de P&D** pela própria empresa.
- ✓ **Aquisição de P&D** realizada por outra instituição.
- ✓ **Aquisição e conhecimentos,** por exemplo, com licenciamento de tecnologias.
- ✓ **Aquisição de máquinas ou equipamentos** necessários à implementação de inovações de produto ou de processo.
- ✓ **Treinamento orientado** para inovações de produto ou de processo.
- ✓ **Introdução das inovações tecnológicas** no mercado.
- ✓ **Projeto industrial** ou outras preparações técnicas para produção e distribuição.

BRASIL: o mundo todo admira

Na 5ª economia mundial falta desenvolvimento social

Por Vito Giannotti

Em meados do século XX, o Brasil era conhecido como um "país de contrastes". Muitas águas rolaram. Passamos de 50 milhões a quase 200 milhões, deixamos de ser um país agrário para produzirmos, com tecnologia de ponta, milhões de carros, ônibus e aviões. Agora, o país é a quinta economia mundial. Sim, deixamos de ser vistos, no mundo, como o país do samba e do futebol. Todo mundo diz que, aqui, quase não há desemprego e que a vida mudou. Sem dúvida, muita coisa mudou. Melhorou. Mas estamos longe de um ufanismo barato que alguns teimam em cultivar.

Sim, o salário mínimo está melhor que há duas décadas. Há mais empregos, mais escolas técnicas e por aí vai, mas continua o fosso entre o povo que vive do seu trabalho e a classe que vive do trabalho alheio. O capital nunca ganhou tanto como nesta década.

A realidade é mais complicada

Ao mesmo tempo em que o governo festeja as saídas encontradas para a crise, as estatísticas do IBGE dão conta de que a metade dos brasileiros não conhece rede de esgoto. Nasceram vários tipos de escolas, mas nosso índice de analfabetismo ainda é assustador: 15% absoluto e cerca de 50% de funcional.

E o problema da moradia? Por que existiu a barbárie feita no Pinheirinho? Cadê um programa de casas populares para as 1.700 famílias daquela "ocupação"? E os milhões que moram em favelas há um século? Qual a saída para estas pessoas? Nossa Justiça ainda protege qualquer especulador, megainvestidor e grileiro, seja ele Nahas ou Cutrale. Para o povo, sobra a Tropa de Choque.

E o caso do estudante negro da USP agredido pelo simples fato de não ser branco? Racismo? Não, a *Globo* repete todo dia que no Brasil não tem disso não. E põe seus "especialistas" a falar contra as cotas nas escolas.

E nossos recordes? Campeões de assassinatos de mulheres e de homossexuais. E a dengue? E toda a saúde pública, como está?

Sim, a economia mudou, mas ainda falta muito desenvolvimento social. Nada de ilusões. Uma nova sociedade tem que ser construída pelos trabalhadores, a serviço do povo que vive do seu trabalho.

** Vito Giannotti é escritor, autor, entre outros, de História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil e Muralhas de Linguagem*

Mundo

EGITO: um ano da primavera árabe

A revolta é o primeiro passo para mudanças estruturais

Duas versões sobre as rebeliões no Egito: foram jovens de classe média conectados por seus Twitters e Facebooks ou um movimento que vinha tomando corpo ao longo dos últimos anos e que ainda não terminou.

Por Sheila Jacob

Ali Mustafa

Ato da Praça Tahrir, em 18 de novembro de 2011

O final de 2011 marcou um ano da onda de levantes populares que tomaram corpo no Oriente Médio e acabaram com governos autoritários, movimento que ficou conhecido como Primavera Árabe. Em dezembro de 2010, jovens da Tunísia foram às ruas em protesto contra o ditador Ben Ali, que estava no poder há quase 25 anos e foi deposto após as manifestações. O estopim foi o suicídio de Mohamed Bouazizi, jovem que ateou fogo no próprio corpo em protesto contra os maus tratos policiais. O fato deu origem a manifestações semelhantes na região, em países como Egito, Argélia, Bahrein, Iémen e outros.

"O Egito sempre se considerou vanguarda do mundo árabe. Depois do que aconteceu na Tunísia, os jovens egípcios se sentiram poderosos e com coragem para, em 25/01/2011, se reunir na praça Tahrir e exigir a saída de Mubarak. Centenas de pessoas morreram nos embates contra a polícia". Isso é o que conta o brasileiro Aldo Sauda, formado em Relações Internacionais e correspondente da revista Caros Amigos no Egito. O jovem, que desde agosto do ano passado vem acompanhando de perto o que ocorre no país, participou de um debate no Rio sobre a luta de classes no Egito. Também participou da mesa o cartunista Carlos Latuff, conhecido no mundo inteiro depois que suas ilustrações, encomendadas pelo Twitter, foram usadas nos protestos da praça Tahrir.

No debate, Aldo esclareceu que o processo revolucionário atual possui duas versões. A da chamada grande mídia, orientada pelas agências de informação norte-americanas, caracteriza o movimento como uma reunião de jovens de classe média conectados por seus Twitters e Facebooks. Eles teriam ocupado a praça Tahrir de forma pacífica, derrubado o ditador e o país estaria caminhando para a democracia.

"Mas há uma outra versão, a dos egípcios, de que este foi um movimento que vinha tomando corpo ao longo dos últimos anos e que ainda não terminou. Um ano depois, a juventude e os trabalhadores ainda estão descontentes e mobilizados. Não dá para saber aonde isso tudo vai dar", disse, esclarecendo que estão reunidos jovens de movimentos diversos, desempregados ou subempregados.

No dia 25/01/2012 eles voltaram às ruas para comemorar um ano dos levantes que tomaram corpo no Egito. São jovens e trabalhadores que mais uma vez lotaram a praça Tahrir com protestos para exigir a defesa de seus direitos. Isso porque, um ano após a derrubada do ditador Hosni Mubarak, o país continua mais ou menos na mesma situação de antes: alto número de desemprego, poucas perspectivas para a juventude e forte presença militar.

Trabalhadores nas ruas por democracia

Além da juventude, o movimento sindical egípcio também tem sido muito importante no questionamento dos caminhos que serão tomados. "Os trabalhadores estão se organizando para exigir mudanças, já que a saída de Mubarak não garantiu autonomia e democracia para o povo egípcio", analisa Aldo.

Em 2011 foi criada uma central sindical e, apenas neste ano, cerca de 300 sindicatos foram criados. "O Exército, que tomou o poder, transformou-se na instituição mais odiada pelos egípcios. A luta contra Mubarak hoje continua a mesma, mas contra os militares que assumiram o poder. Antes admirados pela população, hoje eles repetem a violência e a repressão da polícia", conta, ressaltando que as indignações ainda são atuais.

"Neste tempo em que estive no Egito, vi que o processo de radicalização é extremamente rápido. Os desafios são muito grandes nesse país, que é a peça central do mundo árabe. Os jovens estão dispostos para o enfrentamento na rua, mas ainda há pouca organização efetiva de um movimento. Para mim essa é a grande carência. Por isso aposto no movimento sindical", afirma Aldo, para quem pode-se esperar tudo nos próximos dias.